

**ENTRE LIBONGOS E MOEDAS DE COBRE: A BATALHA DE AMBUÍLA E
AS MINAS PRECIOSAS NO CONGO, 1665**

Leandro Nascimento de Souza
Doutorando em história pela UFF
nassoza@hotmail.com

Vários tipos de produtos foram utilizados como moeda de troca ao longo da ocupação europeia em Angola, dentre os principais temos o nzimbu, pequena concha ou búzio, extraído das praias da Ilha de Luanda, os de cor cinzenta eram considerados de maior valor. No fim do século XVI e início do século XVII tivemos tanto o marfim vindo de Benguela, principal fonte de receita do comércio com o exterior, juntamente com os escravizados, quanto o sal, proveniente das minas ou salinas de Quiçama, onde era moldado em pedras e barras. Mas foi o libongo¹, pequeno pedaço de tecido de várias dimensões e qualidades, feito à base de fibras da palmeira-bordão, que ganhou o mercado em Angola ao longo do século XVII. Os panos libongos causaram uma grande preocupação entre os portugueses, pois se tornou muito desvalorizado, o que dificultava o controle mercantil dos lusitanos. Os mesmos insistiram ao longo da segunda metade dos seiscentos, a substituição desses panos pela moeda de cobre, desejando que o metal se tornasse uma referência nas transações comerciais e pagamentos dos soldados, sendo o material mais usado para fabricação de utensílios de uso diário como facas, enxadas, flechas, punhais, copos, manilhas e colares.

As primeiras reclamações a respeito do libongo como moeda de troca surgiram em 1645, enquanto os holandeses ainda ocupavam Luanda, e quando Francisco de Souto-Maior se estabeleceu em Quicombo, na enseada do rio Longa, para reforçar a resistência lusitana. Souto-Maior informou que a região tinha muitas minas de cobre²

¹ Vindo de Loango e chamado pelos locais de mukuta, passou a ser usado pelos colonos portugueses com a nomenclatura macuta, cujo nome foi atrelado as primeiras moedas de cobre no fim do século XVII em Angola (BRÁSIO, 1960, p. 376).

² Em 1546, houve relatos de portugueses no rio Longa, resgatando cobre na região de Benguela. No período do governo de Dias Novaes, o mesmo enviou Lopes Peixoto em 1586 para ocupar Benguela, com

para cunhagem de moedas, o que facilitaria o pagamento dos soldados, como também o comércio em Angola, que estava dominado pelos panos de palha chamados libongos (BRÁSIO, 1960, p. 375-376).

No governo de Salvador de Sá houve uma ação em conjunto para acabar com os libongos. A Câmara de Luanda apresentou-lhe um requerimento propondo que se criasse moeda para o sustento da infantaria. A nova moeda devia ser de cobre, com o peso de duas oitavas e dois terços, chamada de “meio pano” e com o valor de 25 réis, a outra se chamaria “libongo”, com o peso de uma oitava e um terço, valendo 12 réis e meio. O auto³, de 1649, exprimia a opinião da Câmara, oficiais de justiça, clero, militares e principais do povo, muitos desses representantes assinaram o documento, inclusive o governador. Em agosto de 1649, o Conselho Ultramarino deu parecer desfavorável ao auto, por conta que poderia prejudicar o comércio na região do Libolo, onde tinha alguns agentes comerciais lusitanos tentando resgatar a influência mercantil de Portugal, ameaçada pelos outros reinos europeus. O Conselho também expôs que a extinção dos panos como moeda de troca naquele momento poderia dificultar a reconciliação com o reino do Congo, que também se utilizava dos panos como moeda. D. João IV concordou com o Conselho, ainda em agosto vetou o auto que tinha sido enviado por Salvador de Sá⁴. Foi um momento delicado para a Coroa, pois no início do governo, Salvador de Sá atacou alguns sobas aliados do Congo na região do Dande, e ainda estava organizando uma coluna punitiva ao Congo, pelas ações no período da ocupação holandesa em Luanda. Garcia II, o Kinpaco, enviou embaixadores para negociar um tratado de paz com Angola. Em março de 1649 o tratado foi enviado para a aprovação de D. João IV, o mesmo vetou alguns itens por achar que seria uma ofensa a Garcia II, o rei lusitano fez questão de ratificar, que o rei do Congo não era seu vassalo, mas sim um irmão de armas. A principal capitulação que foi eliminada pela Coroa lusitana na emissão do novo tratado, em setembro de 1651, foi a exigência de Salvador de Sá, estipulando que toda mina de ouro, prata ou cobre potencialmente existentes deveriam pertencer a Coroa de Portugal (BOXER, 1973, p. 289-290). O rei tinha sido

o intuito de extrair o cobre existente, depois de construída a fortaleza, o grupo em torno de 70 lusitanos, foram mortos pelos povos locais (BRÁSIO, 1960, p. 375).

³ Auto sobre a cunhagem da moeda, datado em 31 de janeiro de 1649 (BRÁSIO, 1965, p. 311-313).

⁴ Consulta do Conselho Ultramarino em 18 de agosto de 1649 (BRÁSIO, 1965, p. 391-394).

aconselhado pelo Conselho Ultramarino, que tinham muito mais a ganhar concedendo uma paz tranquila, por tanto não autorizaram também a questão das moedas de cobre nesse momento, pois enfraqueceria essas relações⁵, sobretudo comerciais. Na prática tanto o tratado de 1649, quanto o de 1651, não foram cumpridos, de ambos os lados.

Quatorze anos depois do veto em cunhar moedas de cobre, o Conselho Ultramarino mudou sua análise. Em carta do governador André Vidal, em fevereiro de 1662 (BRÁSIO, 1981, p. 367-368), Negreiros expôs novamente os problemas relacionados aos panos libongos como moeda de troca na praça de Luanda, comprometendo não só o pagamento dos soldados, mas também as várias atividades econômicas em Angola, o governador sugeriu que fosse aplicado as cunhagens das moedas de cobre, pois segundo Negreiros havia muito desse minério na região, o governador ainda relatou o interesse da câmara e do povo de Luanda sobre esse assunto, e que os contratadores de libongo poderiam se adaptar ao novo valor da moeda. Em setembro de 1663 o Conselho Ultramarino deu parecer positivo a Negreiros, sugeriu ao Rei a aplicação da moeda de cobre, pois os panos libongos⁶ tinham caído muito de qualidade, perdendo cada vez mais o seu valor, e que a Coroa perdia em torno de dez mil cruzados⁷ por ano com a desvalorização⁸, portanto era de fundamental importância para a conservação da economia de Angola as moedas de cobre. A Coroa se pronunciou sobre o assunto em novembro de 1664⁹, concordou em substituir o libongo pelas moedas de cobre, e queria também implantar o processo no Brasil, mas para tanto, exigiu informações mais detalhadas de como seria o processo, desde sua fundição aos locais de extração, e de como se faria tudo sem prejudicar a fazenda real. O Rei mostrou preocupação também em como seria a composição dos contratadores, e sugeriu que a câmara deveria ficar responsável por esse assunto. Houve realmente muito interesse por parte da Coroa lusitana em ampliar a extração de cobre, principalmente para organizar

⁵ No tratado de 1649, uma das capitulações, foi que o reino do Congo tinha que pagar um tributo anual em grande quantidade de panos comerciais.

⁶ Nessa época o libongo estava sendo feito de peças de pano de cânhamo, quadrado, de três quartas de vara (a vara tinha 1,10 m). Quatro libongos valiam cerca de um vintém (BRÁSIO, 1981, p. 456).

⁷ 1 cruzado equivalia a 400 réis. 1 pano libongo equivalia a 12 réis. 1 escravizado equivalia a 22.000 réis, ou 165 florins (PARREIRA, 1989, p. 88-89).

⁸ Consulta do Conselho Ultramarino em 5 de outubro de 1663 (BRÁSIO, 1981, p. 456-457).

⁹ Carta régia ao governador de Angola, em 5 de novembro de 1664 (BRÁSIO, 1981, p. 506-507).

essa situação monetária nas colônias em África e no Brasil¹⁰, em dezembro de 1663¹¹, o Rei já tinha enviado uma carta ao governador de Angola, André Vidal, para que o mesmo averiguasse de forma imediata a existência de minas de cobre na costa de Angola e que o governador seria muito bem recompensado. O cobre angolano foi um bom negócio para Negreiros, pois supria as necessidades de materiais no fabrico do açúcar nos seus engenhos e nos demais no Brasil, através de seus agentes comerciais em Luanda.

Com relação ao reino do Congo e a Coroa portuguesa, muito se mudou em 14 anos, houve uma insatisfação grande em Luanda por conta do tratado de paz não cumprido por Garcia II, a situação ficou mais complicada quando Kinpaco faleceu em 1661, onde D. Antonio, o Mani Mulanza, assumiu o reinado e mandou matar seu irmão D. Afonso, que era o preferido pelos capuchinhos (COSTA E SILVA, 2011, p. 486). D. Antonio teve uma postura mais rígida com relação a Angola, o mesmo escreveu em setembro de 1662 ao rei de Portugal, que os governadores de Angola estavam fazendo um desserviço a Coroa lusitana, pois não tratavam o Congo como um irmão de armas, e ainda insistiram em querer submeter o reino aos seus interesses próprios, querendo fazer uso do tratado de paz de 1649, que para D. Antonio não tinha valor, pois foi alterado pela Coroa portuguesa em 1651. Mani Mulanza ainda acusou os governadores de Angola de não terem repassado as várias cartas que ele escreveu para o Rei, e ainda acusou os capuchinhos de estarem a serviço de Castela, e encerrou acusando principalmente João Fernandes e André Vidal, que estariam governando apenas por interesses próprios, desconsiderando o regimento régio, e o tratado de 1651 (BRÁSIO, 1981, p. 404-407).

Para os governadores e a câmara de Luanda, o tratado que estava em vigor era o de 1649, que dentre várias questões estavam as seguintes obrigações congolosas: a devolução de todos os escravizados fugidos; liberdade de trânsito para os comerciantes lusitanos; não permitir navios holandeses no porto de Pinda; ceder a posse lusitana da

¹⁰ Além de moedas, o cobre era utilizado em vários materiais bélicos, em várias ferramentas e utensílios do cotidiano, principalmente nos materiais usados nos engenhos de açúcar no Brasil, para esse período foi o minério mais utilizado nas colônias portuguesas do Atlântico, na segunda metade do século XVII (PARREIRA, 1989, p. 56-58).

¹¹ Carta régia ao governador de Angola, também assinada pelo Conde de Castelo Melhor, em 22 de dezembro de 1663 (BRÁSIO, 1981, p. 473).

ilha de Luanda; favorecer a suserania dos dembos a Coroa portuguesa; e ceder as minas de ouro e cobre para Portugal¹². Dentre os artigos retirados em 1651, o que mais foi reivindicado pelos angolanos foi a questão das minas. Apesar da guerra contra o Congo ter tido um conjunto de fatores, foi na questão das minas a maior motivação para o conflito¹³, seja pelos boatos existentes com relação as minas de ouro, que já tinham sido prometidas a Coroa lusitana pelo Rei congolês D. Alvaro, durante seu reinado que foi de 1587 a 1614 (BRÁSIO, 1981, p. 551-552), ou seja pelas próprias minas de cobre que interessavam muito o governador Negreiros e a própria Coroa lusitana.

A peleja entre André Vidal e D. Antonio começou com as campanhas militares de Negreiros na região dos dembos. O Mani Mulanza solicitou que André Vidal soltasse os prisioneiros por conta da guerra ter sido injusta, fora da jurisdição de Angola, o governador respondeu ao Rei congolês que devolveria os cativos, caso D. Antonio informasse a localização das minas e permitisse que os lusitanos a explorassem, ou até mesmo que concedesse a permissão para que Negreiros realizasse prospecções para descobrir as minas, conforme o tratado realizado entre Salvador de Sá e Garcia II¹⁴. Um mês depois, D. Antonio respondeu a André Vidal¹⁵, discordando novamente das guerras e ainda informando que não havia no tratado em que ele tinha em posse, qualquer capitulação referente as minas, mesmo assim ele disse que essas minas não existiam, mas se existissem não entregaria por não constar no tratado. D. Antonio ainda informou que cumpria todas as capitulações do tratado, diferente dos governadores de Luanda¹⁶.

Tendo em vista a dificuldade em convencer André Vidal, D. Antonio acionou seu corpo eclesiástico, foi a vez do Cabido¹⁷ do Congo escrever ao governador, suplicando que o mesmo não fizesse guerra injusta ao Congo¹⁸. Os religiosos

¹² Sobre o tratado de paz de 1649 e suas alterações em 1651 ver: (MONTECÚCCOLO, 1965, p. 322-323).

¹³ Luiz Felipe de Alencastro informou que a aliança dos pumbeiros com o reino do Congo e as práticas pagãs no cristianismo congolês tinham sido as principais motivações (ALENCASTRO, 2000. p. 284, 290-291).

¹⁴ Carta do governador geral do reino de Angola ao rei do Congo D. Antonio I, em 15 de março de 1664 (BRÁSIO, 1981, p. 475).

¹⁵ Carta de D. Antonio I rei do Congo ao governador geral de Angola, em 13 de abril de 1664 (BRÁSIO, 1981, p. 476-477).

¹⁶ Estava se referindo a ilha de Luanda, em posse dos portugueses desde a época de Salvador de Sá, e da suserania dos dembos, em que João Fernandes e André Vidal realizaram campanhas militares.

¹⁷ Corporação de cônegos de alguma Sé (BLUTEAU, 2000. p. 206).

¹⁸ Carta datada de 13 de junho de 1665 (BRÁSIO, 1981, p. 545-546).

explicaram sobre as capitulações do tratado de 1651, onde não constava a questão das minas, e mesmo assim informaram que elas não existiam, ainda ressaltaram a igualdade entre as Coroas irmãs de armas, Portugal e o Congo, e ameaçaram escrever diretamente ao Papa e ao Rei de Portugal caso houvesse alguma investida de Angola contra os congoleses. A resposta de Negreiros foi rápida, 12 dias após a carta do Cabido do Congo, o governador escreveu informando que estava surpreso das acusações e que não pretendia fazer guerra ao rei D. Antonio, mas continuou insistindo com relação ao tratado de 1649, dessa vez informou que o próprio Mani Mulanza tinha-lhe informado que apesar de não ter minas de ouro em seu reino, possuía alguma minas de cobre, sendo assim André Vidal expôs que o tratado foi amplo com relação as minas, podiam ser de qualquer metal¹⁹, o que foi interessante para o governador pelos seus interesses comerciais na extração de cobre.

Devido à insistência de André Vidal, e a falta de apoio da Coroa portuguesa, D. Antonio emitiu em 13 de julho de 1665 um pregão de guerra contra Portugal (BRÁSIO, 1981, p. 547-548), mandou que todos os senhores do seu Reino estivessem prestes a usar suas armas, para se juntarem ao Rei na defesa de suas terras, fazendas e liberdades contra a nação portuguesa. Seis dias após o pregão, o Cabido do Congo voltou a escrever para André Vidal, em nome de D. Antonio²⁰, ressaltaram mais uma vez que não existiam as minas de ouro, mas afirmaram que era verídico a existência das minas de cobre, mesmo que Mulanza não admitiu que o tinha avisado a respeito. Os cônegos informaram também que na época do rei D. Alvaro, foi repassado essas minas para Portugal, a Coroa lusitana enviou mineiros para averiguarem a existência de ouro, e que os mesmos não acharam nada que valesse a pena extrair, abandonando-as. Os cônegos também alertaram que o reino do Congo estava preparado para se defender de qualquer violência imposta por André Vidal. A resposta de Negreiros foi em agosto de 1665²¹, escreveu ao Cabido do Congo, informando conhecer a situação das minas no período filipino, e que foi o próprio D. Alvaro que expulsou os mineiros lusitanos da região das minas no Embo. O governador informou na carta que essa situação de conflito poderia ter sido evitada, tanto por D. Antonio, se tivesse permitido as prospecções para

¹⁹ Carta de 25 de junho de 1665 (BRÁSIO, 1981, p. 547-548).

²⁰ Carta de 19 de julho de 1665 (BRÁSIO, 1981, p. 551-552).

²¹ Carta de 18 de agosto de 1665 (BRÁSIO, 1981, p. 565-567).

averiguar as minas de ouro, ou explorar as de cobre já descobertas, quanto pelos cônegos do Cabido do Congo que deveriam ter convencido o rei congolês de não fugir das capitulações do tratado de 1649. André Vidal também informou sobre a experiência dele na expulsão dos holandeses em Pernambuco e que estava preparado para as atitudes hostis de D. Antonio.

A pressão entre os moradores de Luanda estava grande com relação a cunhagem das moedas e a exploração das minas de cobre nas terras do Congo, em carta da câmara de Luanda ao governador, os oficiais colocaram a responsabilidade da resolução do problema monetário para o governador, exigiram que Negreiros fizesse valer o tratado de 1649 com o Congo. Os mesmos também informaram que estavam com um déficit comercial alto, os deixando incapacitados de ajudar o governador com a guerra do Congo e o investimento nas minas²². Visto o problema, André Vidal percebeu que não podia deixar passar a oportunidade de submeter o reino do Congo naquele momento, pois poderia começar a perder apoio na câmara de Luanda e outros aliados que estavam se sentindo prejudicados financeiramente, portanto, o mesmo teve que articular formas para justificar o conflito. Convenientemente, em julho de 1665, o Conselho Ultramarino recebeu um dossiê, denunciando o Cabido do Congo de paganismo, e de crime de lesa majestade divina e humana²³. O autor do dossiê foi o Deão²⁴ de Angola, Manoel Fernandes Curado, acusou principalmente os cônegos Simão de Medeiros e Miguel de Castro²⁵ de praticarem feitiçaria e demais práticas pagãs, além de informar que os ditos cônegos tinham incentivado e parabenizado os que lutaram contra os portugueses durante a ocupação holandesa em Luanda, indo de encontro ao juramento com relação ao Padroado Régio. As denúncias detalhadas foram enviadas pelo Conselho Ultramarino ao Rei²⁶, eles ainda reforçaram que o clero no Congo não tinha credibilidade, por se tratar de mestiços congolezes carregados de suas crenças locais, e que o assunto deveria ser enviado diretamente para a Mesa de Consciência e Ordem, como também ao Tribunal de Santo Ofício. Um dos pilares de sustentação da

²² Carta de 15 de abril de 1665 (BRÁSIO, 1981, p. 533-534).

²³ Carta do Deão de Angola ao Rei de Portugal, em 29 de julho de 1665 (BRÁSIO, 1981, p. 555-558).

²⁴ Dignidade eclesiástica, na hierarquia do Cabido, o Deão está abaixo do Bispo ou Arcebispo (BLUTEAU, 2000, p. 361).

²⁵ As primeiras assinaturas que aparecem nas cartas enviadas pelo Cabido do Congo ao governador de Angola, foram dos cônegos Simão de Medeiros e Miguel de Castro.

²⁶ Carta datada de 12 de agosto de 1665 (BRÁSIO, 1981, p. 559-562).

autonomia congoleza foi justamente a ligação direta do seu cristianismo com Roma, o Papa Inocêncio X tinha presenteado Garcia II com uma coroa²⁷ em 1648, como prova de boa fé, e as denúncias de paganismo comprometeram essa relação.

Em setembro de 1665, o Conselho Ultramarino escreveu ao rei os detalhes sobre as hostilidades entre D. Antonio e André Vidal. A carta foi um dossiê de justificativas para convencer a Coroa de que a guerra contra o Congo era justa²⁸. O Conselho começou enfatizando mais uma vez a questão das minas, e que o reino do Congo era um empecilho que deveria ser combatido, caso a Coroa tivesse interesse em prosseguir nas investidas sobre as possíveis minas de ouro e nas reais minas de cobre, pois tinham que fazer valer a capitulação 9 do tratado de 1649²⁹. D. Antonio também foi acusado de tentar uma aliança com a Espanha, propôs uma invasão castelhana pelo litoral de Angola, enquanto ele comandaria uma campanha no interior, com seus sobras aliados, essas denúncias estavam relacionadas a armada espanhola que ameaçou invadir Angola em setembro de 1663, e com a desistência dos castelhanos em 1664, o governador Negreiros aproveitou o reforço militar angolano para as ações de 1665. O Conselho ainda criou um caráter de cruzada cristã para o conflito, colocou a situação como uma guerra divina de libertação contra o paganismo congolês. Nessa mesma carta ainda se informou que dois vassallos de Coroa portuguesa precisavam de apoio. O primeiro foi o duque de Oando, região que tentava escapar da suserania congoleza desde 1663, onde a mando de D. Antonio, o reino de Matamba invadiu a região, derrotando o duque e levando como prisioneiros parte da Corte. Em 1665, com um novo duque, Oando se levantou contra Matamba e D. Antonio, onde foram derrotados mais uma vez, onde fugiram para as terras de Ambuíla. O senhorio de Ambuíla era liderado por uma vassala portuguesa, a regente Dona Isabel Afonso³⁰, que ao começar a sofrer ameaças do reino do Congo, solicitou socorro ao governador de Angola André Vidal. A grande

²⁷ De prata simples, mas com um belo trabalho artístico, enfeitada com várias joias preciosas (MONTECÚCCOLO, 1965, p. 12).

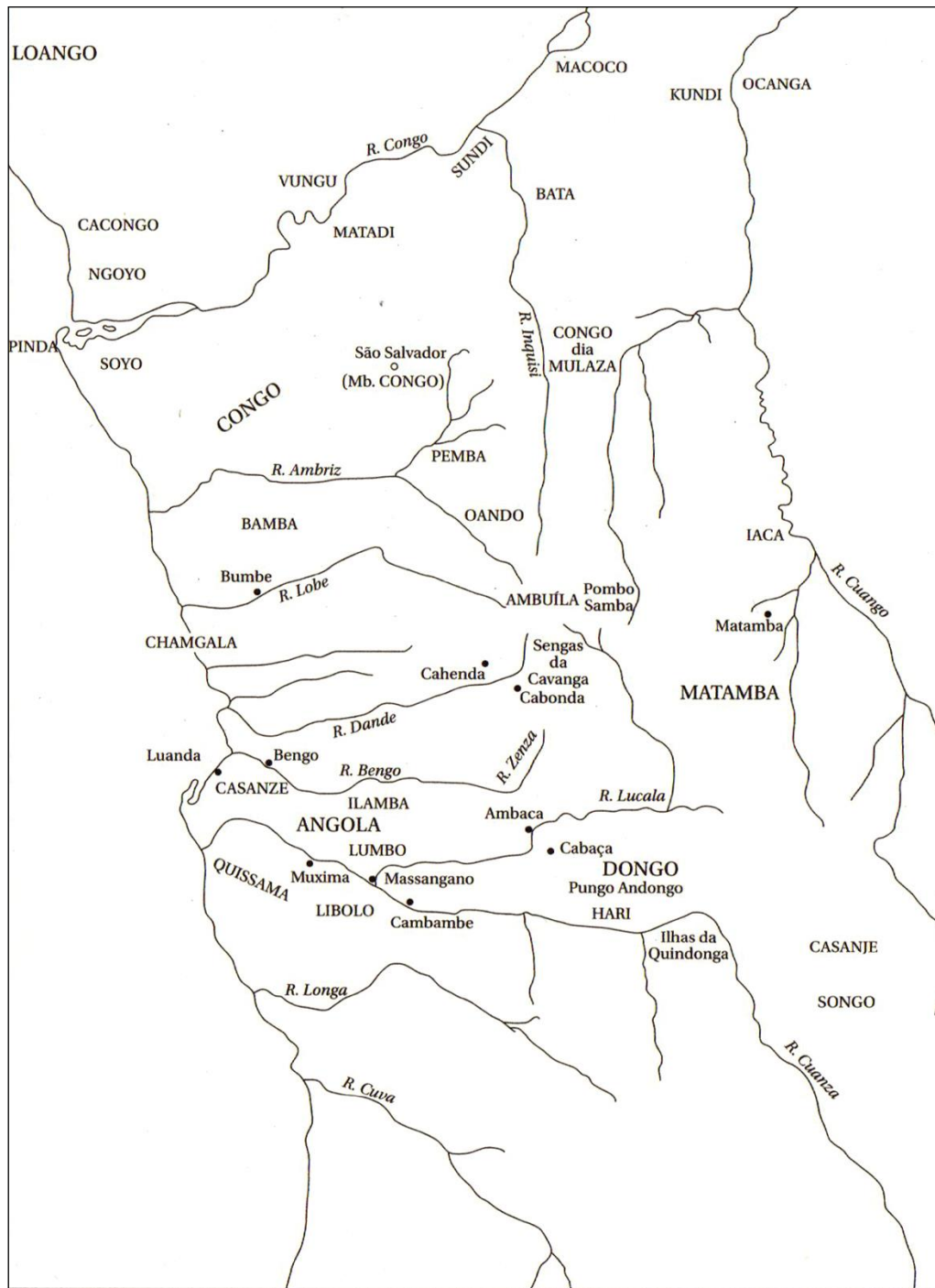
²⁸ Consulta do Conselho Ultramarino, em 7 de setembro de 1665 (BRÁSIO, 1981, p. 568-573).

²⁹ Detalhe que tanto o Conselho Ultramarino quanto a Coroa lusitana, a partir de 1663, desprezaram as alterações do tratado feitas em 1651, considerando a versão original de 1649.

³⁰ O auto de vassalagem de Dona Isabel regente de Ambuíla foi em 1 de janeiro de 1664. O capitão Luis Lopes de Siqueira solicitou o auto por suspeitar de traição. O juramento foi feito por Isabel, e seu sobrinho (D. Alvaro Afonso, senhor de Bamba Ambuíla), e seus macotas. Nesse momento a regente acusou o rei do Congo e o reino de Matamba de prejudicarem os interesses lusitanos nas rotas comerciais do interior (BRÁSIO, 1981, p. 485-487).

motivação para a ajuda lusitana foi a promessa do duque de Oando, que poderia revelar onde ficava as minas de ouro, caso o governador enviasse o auxílio. A ideologia da busca por minas na África Centro Ocidental foi utilizada em vários momentos pelos portugueses, como na justificativa da expansão militar de Dias Novaes, entre 1575 a 1588, onde apesar de não ter sido encontrada as minas de ouro, conseguiu através da expansão outras conquistas mercantis, o mesmo aconteceu com relação as minas de prata de Cambembe, idealizada pelos jesuítas para justificar a expansão militar do fim do século XVI e as missões da ordem nos sertões angolanos³¹. A possibilidade em que o governador André Vidal esteve ciente da não existência das minas de ouro pouco importava nesse momento, pois o mesmo estava decidido a derrotar o Congo, motivado principalmente pelas minas de cobre e na resolução dos problemas dos panos libongos que dominava e enfraquecia o comércio angolano.

³¹ Sobre as minas de ouro idealizadas por Novaes, e as minas de prata idealizadas pelos jesuítas, ver: (CADORNEGA, 1972).



África Centro Ocidental, século XVII. Fonte: (SOUZA, 2018, p. 24).

André Vidal ordenou que o capitão-mor Luis Lopes de Siqueira³² fosse proteger o dembo de Ambuíla e o duque de Oando³³. Foram articuladas tropas de varias

³² Filho do capitão português de infantaria Domingos Lopes de Siqueira, e de mãe angolana, este oficial de infantaria distinguiu-se em Angola, no século XVII, como comandante militar do exército português,

praças de Angola, mas o grosso da campanha foi formado pela dita guerra preta³⁴, os autores coloniais³⁵ informaram que houve em torno de 360 soldados portugueses entre os 6.000 negros que defenderam o território de Ambuíla do reino do Congo. D. Antonio mandou uma grande companhia ao encontro das tropas lusitanas na região do outeiro³⁶, que ficava entre o ducado de Oando e as terras da regente Isabel em Ambuíla. Ao passarem pelo rio Dande e Lumanha, os batedores do exército congolês se depararam com a resistência lusitana, o que fez com que D. Antonio recuasse, o mesmo esperou mais tropas para a investida. De acordo com os autores coloniais, a companhia liderada pelo próprio D. Antonio, Mani Mulanza, tinha aproximadamente 100.000 soldados³⁷, que criaram um cerco perfeito na batalha. As tropas lusitanas em formação de quadrado resistiram a três investidas dos congolezes, até que o próprio D. Antonio liderou a quarta investida, pedindo que capturassem o capitão-mor Luis Lopes de Siqueira ainda vivo, pois o mesmo desejava degola-lo. O soberano do Congo acabou levando um tiro de mosquete, sendo capturado e degolado, sua cabeça degolada foi exposta por Siqueira, causando desordem e debandada das tropas congolezas, onde parte delas foram perseguidas pelas tropas lusitanas, muitas lideranças congolezas foram capturadas e degoladas³⁸, já outros foram escravizados³⁹. Após a batalha de Ambuíla, André Vidal

em quatro importantes confrontos armados contra os soberanos angolanos durante a história colonial: a batalha de Ambuíla, 1665, a batalha de Mpungu-a-Ndongo, 1671, a campanha do Libolo, 1679, e a campanha da Matamba, 1681 (MONTECÚCCOLO, 1965, p. 12).

³³ Sobre as guerras na África Centro Ocidental, e principalmente a batalha de Ambuíla ver: (THORNTON, 1999).

³⁴ Exército dos sobas aliado ao governo de Luanda (PARREIRA, 1989, p. 214).

³⁵ Antonio de Oliveira Cadornega, Alexandre Elias Corrêa, Gastão Souza Dias, Ralph Delgado, Cunha Matos, são alguns dos autores que abordam as questões históricas levando em consideração o nacionalismo português, e que em vários momentos podem ter exagerado em algumas ações e em alguns números, para engrandecer as ações portuguesas na sua história ultramarina.

³⁶ Região em que o duque de Oando afirmou que se encontravam as minas de ouro.

³⁷ Um relato de um soldado português que esteve na batalha, a qual informar detalhes dos acontecimentos e dos números de soldados participantes foi publicado em: (BRÁSIO, 1981. p. 575-581, 582-591).

³⁸ Entre as lideranças mortas estão: o próprio rei, D. Antonio, um sobrinho do rei, o duque de Bamba, o duque de Batta, o duque de Sandi, o duque de Gorimda, o marques de Pemba, o marques de Enmonso, o marques de Choa, o marques de Sembo, o marques de Sonmelo, o conde de Sogongo, General D. Alvaro Punha, o senhor de Lungo, o senhor de Quina, o senhor de Anquehe, o senhor de Sembo, o senhor de Telamenameno, o senhor de Dirá, o senhor de Quitete, o senhor de Cibanja, o senhor de Metela, o senhor de Meluda, o senhor de Bango, o senhor de Pandi, o senhor de Lula. Essa relação mostra a força política do reino do Congo, onde tinha muitos aliados que responderam o chamado do pregão de guerra contra os portugueses (BRÁSIO, 1981. p. 589-590).

³⁹ Prisioneiros que foram pra Luanda após a batalha: O Capelão-mor, Manoel Rois de Medeiros, D. Francisco, filho natural do Rei, D. Alvaro, sobrinho do Rei, D. Pedro, sobrinho do Rei, (estes dois são

ordenou a perseguição ao Dembos vassalos do Congo, como Manimotemo Aguingengo, e os povos do Naboancongo, em uma campanha de cinco meses, as tropas lusitanas degolaram as lideranças e escravizaram grande parte de população dessas regiões (CORRÊA, 1937, p. 284).

Negreiros e seus capitães tiveram muito prestígio⁴⁰, pois a vitória contra um inimigo de longa data da coroa portuguesa foi muito celebrada, foram três dias de festividades em Luanda, além do cortejo com a cabeça embalsamada de D. Antonio, desfilando pelas ruas de Luanda até a igreja de Nossa Senhora de Nazaré⁴¹, onde foi feito um painel em azulejaria retratando cenas da batalha. A coroa do reido Congo foi entregue ao governador André Vidal, que à prometeu ao rei D. Afonso VI. Para isso pediu ao seu sobrinho Antonio Curado Vidal, que estava indo para o Recife, cumprir a promessa e entregar a coroa ao Rei de Portugal. Chegando ao Recife, a coroa desapareceu⁴², segundo Antonio Curado, foi roubada durante a viagem.

filhos do príncipe, irmão do Rei, a quem matou para reinar), D. Thomé, camareiro mor, e mais outros fidalgos e senhores (BRÁSIO, 1981. p. 591).

⁴⁰ Apesar da Coroa não ter realizado as premiações conforme André Vidal solicitou, o mesmo pediu a Coroa uma gratificação de 400 escudos para seus oficiais, mas a Coroa só autorizou 50 escudos para repartir entre os mais importantes na batalha. Cf. Carta do Governador de Angola ao Rei, em 13 de janeiro de 1666 (BRÁSIO, 1982. p. 6).

⁴¹ André Vidal de Negreiros mandou construir a Igreja assim que chegou em Luanda, como promessa de um possível naufrágio que tinha se livrado no percurso de Pernambuco para Angola. A igreja foi concluída em meados de 1664, e após a batalha de Ambuíla, recebeu a cabeça do rei D. Antonio, onde foi sepultada.

⁴² Relatos do Conselho Ultramarino (AHU-Angola-CU-001, Cx. 9, D. 71, 75).

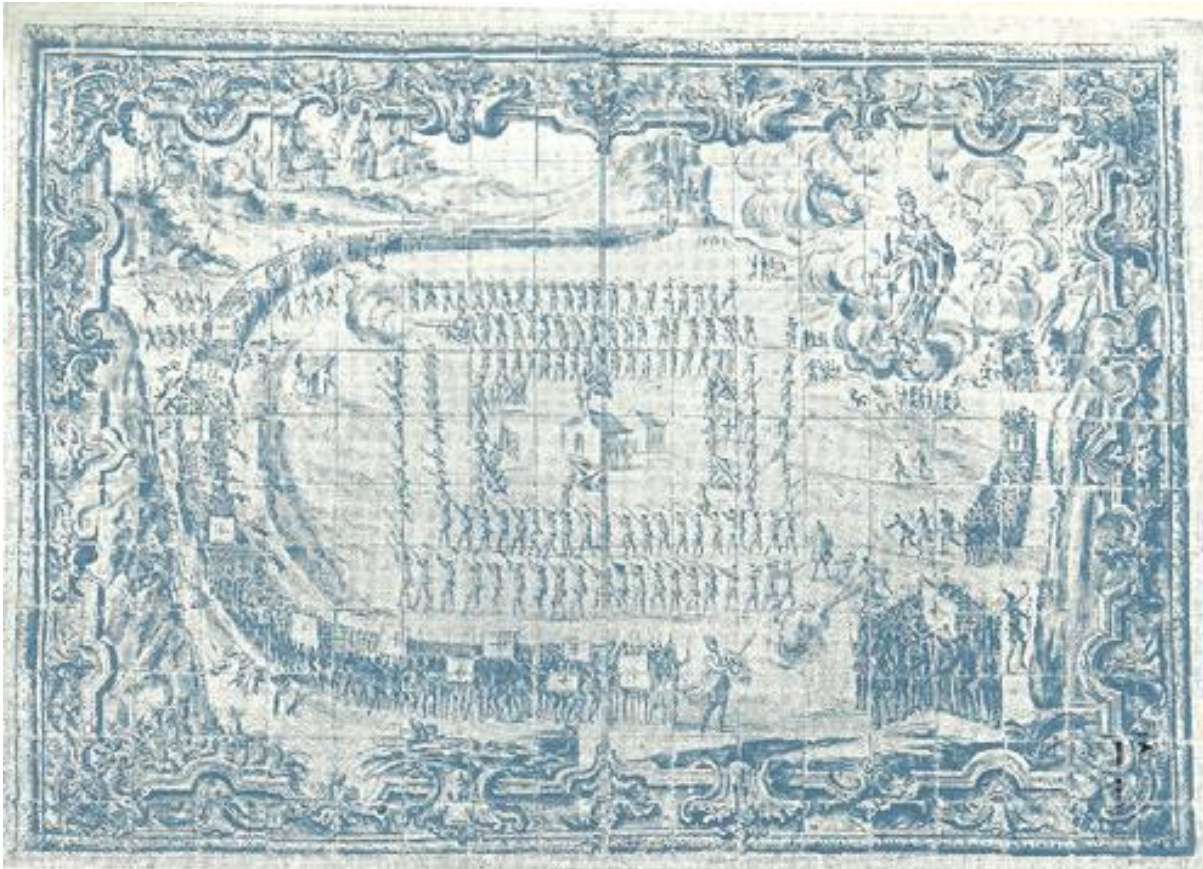


Figura 07: Painel decorativo de azulejos da Igreja Nossa Senhora de Nazaré, em Luanda, representando a batalha de Ambuíla. Fonte: Museu Nacional de Angola. Foto: D. Wade. In: (OGOT, 2010, p. 671).

Com a vitória sobre o reino do Congo, o imaginário com relação as minas de ouro cresceu nos dias seguidos ao da batalha, pois tanto o rei do congo, quanto vários aliados, foram para a batalha com vários utensílios de ouro, como forma de ostentar suas riquezas. A primeira ação foi exigir do duque de Oando um juramento de fidelidade a Coroa portuguesa, em que na cerimônia de undamento, o duque e seus descendentes fizeram várias prerrogativas de vassalagem, o mesmo assumiu as terras do Congo, permitindo que mineiros portugueses pudessem explorar e extrair minérios (BRÁSIO, 1982, p. 3-5). O duque de Oambo não assumiu o reino do Congo, o mesmo foi assassinado. Junto com o rei, haviam morrido os principais candidatos ao trono, abrindo-se então um complicado processo sucessório que fortaleceu a posição de Sonho. Depois da batalha, São Salvador foi a ruína com as linhagens nobres fugindo das guerras sucessórias para outras províncias, que se tornaram mais autônomas e passaram a escolher seus administradores, independentemente do poder central, pelo qual, no entanto, a disputa era constante (COSTA E SILVA, 2011, p. 489-490). Sobre as minas

de ouro, apesar da insistência lusitana⁴³, nunca foram achadas, apenas as minas de cobre⁴⁴.

REFERÊNCIAS

Fontes manuscritas

Arquivo Histórico Ultramarino. Disponíveis no arquivo digital do AHU, no site: <https://digitarq.ahu.arquivos.pt>.
Angola: Cx. 9, D. 71,75.

Fontes impressas

BLUTEAU, Pe. Raphael. *Vocabulário português e latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. Edição fac-símile, CD-ROM, Rio de Janeiro: UERJ, 2000.

BRÁSIO, Padre Antonio. *Monumenta Missionária Africana*. Série 1, Volume 9. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1960. RODRIGUES, Miguel Jasmis (org.). Edição digital. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2011.

⁴³ Em 26 de janeiro de 1666, o rei de Portugal escreveu aos cônegos do Cabido do Congo, para que os mesmos colaborassem nos descobrimentos das minas de ouro (BRÁSIO, 1982. p. 7).

⁴⁴ Mesmo com o aumento significativo de extração de cobre na África Centro Ocidental pelos portugueses, A primeira moeda de cobre só chegou a circular em Luanda com o Governador Henrique Jaques de Magalhães, em 1694. E no Brasil só foi oficializado em carta régia no ano de 1704 (BRÁSIO, 1960, p. 377).

_____. *Monumenta Missionária Africana*. Série 1, Volume 10. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1965. RODRIGUES, Miguel Jasmis (org.). Edição digital. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2011.

_____. *Monumenta Missionária Africana*. Série 1, Volume 12. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1981. RODRIGUES, Miguel Jasmis (org.). Edição digital. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2011.

_____. *Monumenta Missionária Africana*. Série 1, Volume 13. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1982. RODRIGUES, Miguel Jasmis (org.). Edição digital. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2011.

CADORNEGA, Antonio de Oliveira de. *História geral das guerras angolanas*, Tomo I. Lisboa: Agência geral do ultramar, 1972.

MONTECÚCCOLO, Pe. João António Cavazzi de. *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Volume 2. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965.

Bibliografia consultada

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

BOXER, Charles. *Salvador de Sá: e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1973.

CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. *História de Angola*. 3 v. Lisboa, 1937.

COSTA E SILVA, Alberto. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2011.

OGOT, Bethwell Allan (org.). *História Geral da África Volume V*. Brasília: UNESCO. 2010.

PARREIRA, Adriano. *Economia e sociedade em Angola na época da Rainha Jinga (século XVII)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

SOUZA, Marina de Mello e. *Além do Visível: poder, catolicismo e comércio no Congo e em Angola (séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Ed. USP, Fapesp, 2018, p. 24.

THORNTON, John. *Warfare in Atlantic Africa, 1500–1800*. UCL Press. Londres:1999.